NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/08/2011 Edição Nº 402

Mais dois deputados apresentaram requerimento solicitando a inclusão do PL 1033 na ordem do dia.

O PL 1033, que está na fila aguardando para entrar em votação no plenário da Câmara dos Deputados a cada dia ganha novos apoios para sua inclusão na ordem do dia.

Desta vez foram os deputados Jô Moraes (PCdoB-MG) e Giroto (PR-MS) que apresentaram os requerimentos solicitando a inclusão do PL 1033 na ordem do dia.

A CNTV considera que essas iniciativas são muito importantes, pois dão visibilidade ao nosso pleito, que ganha apoios a cada dia, graças ao trabalho dos sindicatos e de suas bases que encaminham telegramas, emails, cartas, telefonam para os gabinetes e ainda são realizados atos públicos entre outras manifestações para pressionar os parlamentares na aprovação do PL 1033 em plenário da Câmara dos Deputados, última etapa do nosso projeto antes de ir à sanção presidencial.

Vamos manter a mobilização e continuar com a pressão até a vitória.



Veja abaixo os dois últimos requerimentos apresentados

PL-01033/2003 - Institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores.

- 10/08/2011 Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2782/2011, pela Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL 1033 de 2003".
- 10/08/2011 Apresentação do Requerimento n.
 2740/2011, pelo Deputado Giroto (PR-MS), que: "Requer inclusão na ORDEM DO DIA DO

PROJETO DE LEI Nº 1033 DE 2003 que "Institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores".

Estamos atentos



CUT repudia não ratificação da Convenção 158 em Comissão da Câmara

Numa afronta ao bom-senso e às mínimas normas de civilidade, com constantes e reiterados atropelos e abusos, a Comissão de Trabalho da Câmara Federal, sob a presidência do deputado Sílvio Costa (PTB-PE), decidiu por 17 votos a 8 não ratificar a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que protege o trabalhador contra a demissão imotivada.

A solicitação enviada ao Congresso pelo governo Lula tem por objetivo garantir ao trabalhador condições mínimas de proteção e segurança que nada tem a ver com "estabilidade" compulsória, como tentaram vender os parlamentares direitistas.

Aproveitando-se desta situação de descalabro, lembrou o deputado Roberto Santiago (PV-SP), somente no ano passado foram cerca de 17 milhões de contratações e 16 milhões de demissões.

Parlamentares denunciaram presidente da Comissão do Trabalho, Sílvio Costa (PTB-PE), por agir como empregado da CNI "O fato é que o trabalhador vem sendo tratado como bagaço. É sugado, chupado e depois mandado embora", condenou o deputado Vicentinho (PT-SP), ex-presidente da CUT.

O deputado Policarpo (PT-DF) rechaçou a maneira lamentável como foi conduzido o debate. "A comissão atropelou o processo ao não promover o diálogo. Não era preciso votar açodadamente. Infelizmente, na relação capital e trabalho que se estabelece nesta comissão, o capital sempre ganha", condenou.

"Defendemos a ratificação da 158 porque ela é fundamental para dar segurança ao trabalhador contra a alta rotatividade, principalmente em setores como a construção civil, comércio e serviços. Como está, o patrão chega e sem mais nem menos joga o empregado na rua", explicou Valeir Ertle, dirigente da CUT Nacional.

Para Júlia Nogueira, diretora da CUT Nacional que acompanhou as cerca de cinco horas de debate na Comissão, "é fundamental dar visibilidade ao nome de cada um dos traidores que votaram em função dos interesses do capital, sem qualquer preocu-

pação social".

Parlamentares que apoiavam os direitos dos trabalhadores denunciaram a presença de empresários e assessores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), vigilantes em função dos seus interesses. O deputado Assis Melo (PCdoB-RS) chegou a questionar as razões que teriam levado o relator Sabino Castelo Branco (PTB-AM) a inverter o sinal. No seu primeiro relatório, mudado posteriormente, Sabino sublinhava a importância da Convenção para a geração de empregos. Sem qualquer explicação, a 158 passou a ser enxovalhada pelo mesmo parlamentar que, entre outros absurdos, transformou a Convenção da OIT em sinônimo de "incentivo à informalidade", responsável pelo "agravamento do desemprego", pela "discriminação no acesso ao mercado de trabalho", "comprometendo investimentos no setor produtivo" e outras sandices.

Ao final da votação, as lideranças cutistas repudiaram o comportamento venal e entoaram palavras de ordem contra a traição, deixando claro que a população será informada. Em breve, o Portal do Mundo do Trabalho divulgará fotos e nomes dos parlamentares que votaram contra os trabalhadores.

Fonte: CUT



Cutistas defenderam relevância da aprovação da Convenção 158 da OIT para os trabalhadores e o país



Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV - José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira Jornalista: Walkiria Simões Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

